

BELLE ÉPOQUE BRASILEIRA: IMIGRAÇÃO E RAÇA

BRAZILIAN BELLE ÉPOQUE: IMMIGRATION AND RACE

Andreia Luiza Dias 1
Nara Niceia C. B. G. Silveira 2
Julienne da Silva Silveira 3

Resumo: Este estudo bibliográfico procura traçar um panorama histórico do período que ficou conhecido como a Belle Époque Tropical e as transformações que ocorreram no Brasil, com a chegada do contingente imigrante, que desembarcou em terras nacionais, impulsionados pelas políticas de atração de mão de obra, promovida pelo primeiro Governo Republicano, que intencionava o “embraquecimento” da população, com o fim da escravidão em 1888. A virada do século XIX para o século XX foi marcado por grandes transformações e mudanças profundas na sociedade brasileira, tais como, a instauração da República, a libertação dos escravos, a chegada maciça de imigrantes, a instalação de grandes fábricas e indústrias, significativos avanços nos meios de transporte e comunicações e o banimento da família real de todo território brasileiro, por meio do decreto 78-A, de 21 de dezembro de 1889. Todas essas mudanças foram alavancadas pelas ideologias importadas da França, através dos conceitos difundidos, pelo que posteriormente, seria intitulado de Belle Époque.

Palavras-chave: Belle Époque. República. Imigração. Raça

Abstract: This bibliographic study seeks to trace a historical panorama of the period that became known as the Belle Époque Tropical and the transformations that took place in Brazil, with the arrival of the immigrant contingent, who disembarked in national lands, driven by the policies of attracting labor, promoted by the first Republican Government, which intended the “embraction” of the population, with the end of slavery in 1888. The turn of the 19th century to the 20th century was marked by major transformations and profound changes in Brazilian society, such as the establishment of the Republic, the liberation of slaves, the massive arrival of immigrants, the installation of large factories and industries, significant advances in means of transport and communications and the banishment of the royal family from all Brazilian territory, through Decree 78-A, of 21 December 1889. All these changes were leveraged by the ideologies imported from France, through the widespread concepts, for what post later, it would be called the Belle Époque.

Keywords: Belle Époque. Republic. Immigration. Race

- 1 Mestranda do Programa de Pós – Graduação em Letras pela Universidade Federal do Tocantins/ Campus Porto Nacional. Graduada em Letras pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins. Graduada em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4451253538650638>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3013-1899>. Email: andreialuizadias@gmail.com
- 2 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras pela Universidade Federal do Tocantins/ Campus Porto Nacional. Pós-graduação em Docência em Ensino Superior pela Faculdade ITOP. Graduada em Letras pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins. Graduada em Administração pela Faculdade Triângulo Mineira Ituiutaba/MG Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0771486593241289>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3517-0942>. Email: nniceia@gmail.com
- 3 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras na área de estudos literários - PPG-Letras pela Universidade Federal do Tocantins. Graduada em Letras pela UFT-Câmpus de Porto Nacional. Atualmente é assessora e revisora na Editora da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9067718320425288>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4944-4193>. E-mail: juliennesilveira@gmail.com

Introdução

“Quando o século XIX estava por terminar e o século XX apenas começava, o mundo viveu um desses momentos em que os ponteiros do relógio da História parecem andar mais depressa” (NEVES; HEIZER, 1991, p 13). Com essa descrição sobre a virada do século XIX para o XX, conceituase o período que ficou marcado como *Belle Époque Tropical*.

A Belle Époque foi traduzida como a “bela época” ou a “era de ouro” pelos pesquisadores brasileiros. Esse período histórico foi marcado por grandes transformações urbanas, econômicas, políticas e sociais no mundo e no Brasil. Em terras nacionais foi nesse período que teve-se o fim do Brasil Império e o início do Brasil República, também pode-se verificar que foi nessa época que houve grandes avanços tecnológicos, como a implantação de indústrias no país e desenvolvimento dos meios de transportes. Na *Belle Époque Tropical*, o país foi um caldeirão de raças e culturas, “onde homens usavam sobrecasaca, fraque e “veston”,[...] cortados em tecidos importados diretamente da Inglaterra; panos em demasia, espessos, pura lã de carneiro da Austrália” (NEVES; HEIZER, 1991, p.5).

Outro grande mudança que é atribuída a esse período foi a abolição da escravidão e a chegada de um contingente estrangeiro para trabalhar nas plantações e na recém implantada produção industrial.

No Brasil, a Belle Époque localiza-se entre os anos de 1889, data da proclamação da República, e 1922, ano da realização da Semana de Arte Moderna em São Paulo, contudo é impossível falar desse período sem antes fazer uma caracterização desse movimento na sua origem, por isso, segue-se uma conceituação do que foi a Belle Époque na Europa e sequencialmente como se desenvolveu o movimento no Brasil.

Aspectos históricos da *Belle Époque*

A *Belle Époque* ou a “era de ouro” surgiu no final do século 19, e faz parte da construção de ícones que vão desde a emblemática Torre Eiffel até as sinuosas estradas do metrô de Paris. No entanto, a arquitetura não foi a única forma de arte transformada pelo toque de ouro da *Belle Époque*, a arte e a literatura francesas também fizeram grandes avanços durante esse período, culminando em um fenômeno cultural diferente de qualquer outro, como relata Lima (2017).

Entre a Guerra Franco-Prussiana (1871) e a Primeira Guerra Mundial (1914) a maior parte da Europa desfrutou de um período de paz, prosperidade, otimismo, rápido desenvolvimento da ciência e tecnologia, e, relativa estabilidade política. Portanto, “a bela era” foi uma época de ouro porque os padrões de vida e segurança para as classes alta e média aumentaram, no entanto, as classes mais baixas não se beneficiaram de igual maneira (LIMA, 2017).

Nessa direção, Coelho (2016) explica que a *Belle Époque* de Paris (1871 - 1914), sofreu importantes desenvolvimentos, como por exemplo, nas artes, os pioneiros impressionistas, cubistas e fauvistas revolucionaram a pintura e os designers gráficos elevaram a gravura a uma forma de arte. Os arquitetos executaram planos para uma nova Paris, enquanto os escritores deixaram sua marca com uma abordagem mais moderna para contar suas histórias.

Ainda de acordo com Coelho (2011), entre as contribuições culturais, não se pode subestimar as contribuições arquitetônicas, pois além da Torre Eiffel, o período viu a construção de edifícios como a *Gare d’Orsay*, atual *Musée d’Orsay*, o *Petit Palais*, o *Grand Palais* e o *Palais Garnier*, a principal casa de ópera de Paris, entre outras construções.

Outra contribuição diz respeito à arte de vanguarda, pois no final do século a arte em Paris passou por uma reformulação de vanguarda. Até a década de 1870, a maioria dos pintores franceses se apegou aos gostos tradicionais da *Académie des Beaux-Arts*. Esta prestigiosa organização parisiense mantinha salões anuais que exibiam uma coleção de arte cuidadosamente selecionada. Normalmente, o júri favorecia trabalhos com temas convencionais, de retratos históricos a alegorias religiosas. Reagindo contra esses padrões sufocantes, um grupo de artistas, dedicou-se a trabalhar em um estilo caracterizado por pinceladas irrealistas e temas comuns. Eles realizaram exposições independentes e, por fim, ficaram conhecidos como impressionistas (COELHO, 2011).

Para Lima (2017), os impressionistas abriram caminho para outros movimentos modernistas, incluindo o fauvismo que tinha por características principais o uso exacerbado de cores fortes e o teor dramático nas obras, o cubismo de que tinham formas que predominavam as linhas retas, modelada basicamente por cubos e cilindros, dada a geometrização das formas e volumes mais abstrata e o pós-impressionismo eclético. Além da pintura, teve grandes avanços no design gráfico, quando Jules Chéret, considerado o pai do cartaz moderno, apresentou a litografia colorida.

Ainda segundo Lima (2017) durante a *Belle Époque*, Paris tornou-se um centro para diversos escritores, entre estes se destaca Victor Hugo, cuja obra famosa “O Corcunda de Notre-Dame” e “*Os miseráveis*” sem dúvida inspiraram escritores a fixar residência na capital durante a *La Belle Époque*.

Assim, tal como um conflito militar desencadeou a “idade de ouro” de Paris, isso também foi o que a extinguiu, pois no início da Primeira Guerra Mundial trouxe um fim abrupto ao período de prosperidade, já que os recentes desenvolvimentos culturais foram ofuscados pelos esforços de mobilização. De fato, foi durante a guerra que a *Belle Époque* recebeu retroativamente seu nome romântico (LIMA, 2017). No entanto, embora essa era já tenha acabado há muitos anos, sua presença ainda pode ser vista e sentida em Paris e diversos outros países que sofreram influência direta ou indiretamente desse legado.

Por fim, como relata Coelho (2011) a *Belle Époque* chegou ao fim com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, quando os avanços tecnológicos da época foram aplicados à construção de armamentos destrutivos que matariam mais de dez milhões de pessoas e remodelariam o mapa da Europa. Enquanto que superficialmente parecia que a *Belle Époque* foi um período definido pela paz, harmonia e esperança, havia de fato uma tensão velada sob a superfície calma, causada pelo nacionalismo, colonialismo e uma série de alianças entre nações europeias.

A Belle Époque no Rio de Janeiro

O marco inicial da *Belle Époque* brasileira segundo Lima (2017) pode ser datado de 1889 com a Proclamação da República, principal momento de formação da elite brasileira moderna nas principais cidades, e, durou até 1922, quando explode o Movimento Modernista, com a realização da Semana da Arte Moderna na cidade de São Paulo. Desse modo, o começo do século XX até a Semana de Arte Moderna em 1922, foi um período marcado pelo recorrente esforço dessas elites em se modernizarem perante o mundo e com inspirações principalmente francesas.

A França sempre exerceu um grande fascínio no Brasil, mas nunca, como na Belle Époque, ela deixou tantos vestígios de sua influência. O processo de formação da nação brasileira é todo imiscuído do cosmopolitismo francês, fato que se explica pela posição que a França conquistara de importante potência e pela admiração que causava seu passado histórico glorioso. A influência da França, na virada do século XIX, pode ser observada em vários segmentos da nossa história, que vão desde a reforma urbana do Rio de Janeiro, empreendida por Pereira Passos, entre 1903 e 1906, inspirado na reforma de Paris, até o “afrancesamento” da elite carioca, que não hesitava em adotar, ou mesmo em copiar práticas sociais das cortes europeias (ZANNON, 2005, p. 18-19).

Segundo Sevckenko (1995) no Brasil, os ciclos econômicos tiveram um grande impacto na *Belle Époque* brasileira, isso difere de outros países, seja pela duração do período, seja pelo avanço tecnológico, que se deram, principalmente, nas duas regiões mais prósperas do país, como a região do ciclo da borracha no Acre, Amazonas, Rondônia e Pará e a região cafeeira São Paulo e Minas Gerais.

Portanto, o ciclo do café no final do século 18 até as primeiras décadas do século 20; o primeiro ciclo da borracha (1879-1912); e, o segundo Ciclo da Borracha (1942-1945) que foi impulsionado pela Segunda Guerra Mundial sofrem influência da Belle Époque parisiense (COELHO, 2011).

Muitas regiões brasileiras foram impactadas pela Belle Époque, mas graças a esses ciclos econômicos houve destaque para as cidades localizadas nessas regiões de grande crescimento econômico nesses períodos. A região sudeste era um importante centro cultural no século XIX, e tinha uma importante representação na economia do Brasil desde o século XVIII (SEVCENKO, 1995).

No entanto, na cidade do Rio de Janeiro que até então era a capital federal do país, a *Belle Époque* foi mais importante e evidente em seu processo de modernização (SEVCENKO, 1995). Nessa direção:

O Rio de Janeiro assistiu ao fluxo de correntes migratórias nacionais e estrangeiras fomentaram o rápido crescimento de sua população. Os novos tempos trouxeram consigo a *eletricidade*, o automóvel e o *telephone*, os tecidos finos, os *boulevards*, o calçamento das ruas e os palacetes, o aeroplano, o *poudre de riz*, o *theatro* e o *cinematographo*, a propagação de prática desportivas, o surgimento do mercado fonográfico e a popularização da fotografia entre outras novidades. Eram definitivamente tempos modernos (SOUZA, 2008, p. 52).

Devido às mudanças que começaram no início do século XX, quando houve a modernização da cidade principalmente para as melhorias das condições de higiene e saúde, aconteceram diversos conflitos, o principal foi a revolta da vacina em 1904 (SOUZA, 2008). Nesta direção, destaca-se que:

O Rio de Janeiro da Belle Époque, a então capital da recém-fundada república brasileira, foi uma das cidades latino-americanas onde a elite dirigente melhor incorporou a urbanização como uma necessidade urgente de uma sociedade que precisava “civilizar-se”. As reformas, que em poucos anos redefiniram funções para as áreas centrais da cidade, criaram condições para um novo ordenamento espacial com o surgimento de novas zonas de elite na parte sul da cidade (SOUZA, 2008, p.69-70).

Ainda sobre esse período:

O Rio vivia uma situação privilegiada, pois na cidade encontravam-se sedes de várias instituições de grande importância, como o Banco do Brasil, além de outros bancos nacionais ou estrangeiros, a Bolsa de Valores e, ainda, o Distrito Federal polarizava as finanças nacionais. O Rio também era o núcleo da maior rede ferroviária do país, a maior cidade do Brasil, logo a oferecer mercado consumidor e mão-de-obra as indústrias, além de na virada do século XIX para o XX, no continente americano, ser o 3º maior porto em volume de comércio (SEVCENKO, 1995, p. 27).

Convém dizer que ser moderno, civilizado e cosmopolita para a época, era morar no Rio de Janeiro, já que a cidade tinha o *status* de pólo de desenvolvimento cultural, intelectual e científico, esta condição caracteriza o tempo e o espaço da *Belle Époque* carioca.

Segundo Sevcenko (1995) para atender às necessidades de modernização da então capital do Brasil, passadas as conturbações dos primeiros anos do regime republicano, o governo de Rodrigues Alves (1903-1907) a aproveitar o momento político favorável e a entrada de capital, oriunda de empréstimos obtidos junto à Inglaterra no Governo de Campos Sales (1898-1902), teve a iniciativa de atender às aspirações de uma elite política desejosa da reforma da cidade do Rio de Janeiro, promovendo um amplo plano de reforma urbanística.

Paralelamente a toda essa euforia, há a tentativa de modernização e “europeização” do Brasil por parte das elites nacionais, mas o país vivia inúmeros contrastes, que, na opinião dessas pessoas, representavam o atraso, sendo que tais conflitos estavam presentes na cidade que era o símbolo do Brasil, no caso o Rio de Janeiro (SEVCENKO, 1995).

De acordo com Lima (2017), esse momento urbano também influenciou na moda carioca

feminina ao, por exemplo, encurtar levemente as saias e a tornarem menos rodadas devido aos degraus altos dos veículos. Sevcenko (1995, p. 31) afirma que:

Esse novo cenário suntuoso e grandiloquente exigia novos figurinos. [...] com relação à vestimenta verifica-se a passagem da tradicional sobrecasaca e cartola, ambos pretos, símbolos da austeridade da sociedade patriarcal e aristocrática do Império, para a moda mais leve e democrática do paletó de casemira clara e chapéu de palha. O importante agora é ser *chic* ou *smart* conforme a procedência do tecido ou do modelo (SEVCENKO, 1995, p. 31).

Aos poucos também houve mudanças na figura da mulher não apenas na França, mas também no Brasil. Nos anos de 1910, o costureiro parisiense Paul Poiret ajudou a acabar com a ditadura do espartilho, no entanto, estas continuavam dependendo totalmente do marido ou do pai. De certa forma a mulher carioca projetava-se socialmente com uma imagem de poder, principalmente porque tinha um porte empinado, com casa luxuosa com usos do que era moda (LIMA, 2017).

Em relação ao gênero literário, as crônicas cariocas da Belle Époque presente no Rio de Janeiro tiveram como veículo de difusão os jornais, que discutiam a relação entre o progresso e a tradição, onde o primeiro – e com ele a transformação urbana – é entendido como inexorável, ao passo que o conceito de tradição se relaciona com um alerta à consciência nacional para a preservação dos monumentos do passado da memória e do patrimônio cultural da cidade.

O clima de euforia da elite carioca também estava presente no empréstimo de lexias francesas, ou palavras de origem francesa. A ampliação do léxico de uma língua, a partir da neologia por empréstimo, dá-se pela introdução e adoção de uma unidade lexical alógena. Essa introdução tem início quando se importam coisas ou conceitos designados pela primeira vez em uma língua estrangeira. De acordo com Zannon (2005) houve incorporações lexicais de natureza social, literária, artística e cultural e refletem a inegável influência que a sociedade francesa exercia sobre a elite brasileira, tais como: *charbon*, *tailleur*, *gris perle*, *demi-monde*, *grand-monde*, *terrace* e *truffé*. Conforme descrito:

charbon / tailleur

Um delicioso vestido <*tailleur*> modern style casaco branco neige e saia preta.... <*charbon*>

gris-perle

No dia seguinte o Chichorro, de sobrecasaca e encartolado, luvas, <*gris-perle*> depois de dominar a sua emoção, embarafistava pela loja de ferragens do futuro sogro.

demi-monde / grand-monde / terrasse

O Rio civiliza-se! eis a exclamação que irrompe de todos os peitos cariocas. Temos a Avenida Central, a Avenida Beira Mar (os nossos Campos Elyseos) estatuas em toda a parte, cafés e confeitarias com <*terrasse*>, o Corso das quartas-feiras, um assassinato por dia, um escandalo por semana, cartomantes, mediuns, automoveis, autobus, auto... res dramaticos, <*grand-monde*>, <*demi-monde*>, enfim todos os apetrechos das grandes capitaes.

truffé

Ha poucos mezes fui jantar em casa da Viscondessa de Matto Florido. Serviram uma galinha <*truffé*> (ZANNON, 2005, p. 21).

Outros estrangeirismos da língua francesa, são as expressões consideradas lexias complexas, por exemplo, os provérbios: *tout est bien qui finit bien* e *tout le monde et son père*. Estas possibilitam avaliar o grau de penetração da língua francesa na classe social abastada, durante a Belle Époque. Assim, o emprego dessas lexias emprestadas do francês funcionava como um código e um elo entre os membros do grupo social que cultuava a língua e a cultura francesas, bem como contribuía para revelar a intenção de identificação desse grupo com os franceses (ZANNON, 2005).

Assim, fica evidente que a *Belle Époque* brasileira teve influência em vários processos de mudanças culturais, sociais, políticas e econômicas. Assim pode-se dizer que através das perspectivas suscitadas pela *Belle Époque* que originou-se a campanha do branqueamento da população brasileira e da atração de imigrantes estrangeiros para substituir a mão de obra escrava,. E foi assim, por meio dessa política de atração de mão de obra estrangeira branca, que um grandes contingentes de pessoas, vinda principalmente do continente europeu, aportaram em solo brasileiro na virada dos séculos 18 para o 19. Desse modo faz-se necessário descrever como foi a chegada desses imigrantes. Só para se ter noção da quantidade de estrangeiros que chegaram no Brasil no período da *Belle Époque*, Carvalho (1987) explica que somente na década de 1890, a cidade do Rio de Janeiro contava com cerca de 166.321 imigrantes e com isso cerca de 28,7 % dos moradores cariocas era “nascida no exterior”.

A chegada de imigrantes ao Brasil no final do século XIX e início do século XX

Historicamente sempre houve um movimento migratório pelos povos em busca de novos territórios, rios, e sobrevivência por uma vida melhor. Nessa direção, a migração pode ser vista como uma conquista da liberdade de ir e vir, assim como também pode se vista como uma situação de problemática, tal como a fome e/ou outras necessidades, que fazem as pessoas procurarem novos recursos em outras terras (OLIVEIRA; JANNUZZI, 2016). Mais recentemente o fenômeno da emigração está sendo visto como uma fuga de guerra e demais conflitos étnicos e sociais.

No Brasil, assim que a abolição foi concretizada, os proprietários das grandes plantações e lavouras, e, outros da elite que antes possuíam escravos tiveram que procurar trabalhadores em outro lugar. Isso estimulou um notável aumento na imigração, especialmente dos países do sul da Europa, Portugal, Espanha e Itália. Esses imigrantes eram hábeis em uma variedade de ofícios; falavam português ou uma língua semelhante o suficiente para permitir a comunicação; eram considerados racialmente superiores à vasta população de afro-brasileiros desempregados; e como estrangeiros em necessidade desesperada de trabalho, eram considerados fáceis de controlar (OLIVEIRA, 2001).

A imigração, que cresceu ao longo do final do século XIX quando os cafeicultores começaram a preferir o trabalho livre à escravidão, aumentou com a abolição legislativa da escravidão no final da década de 1880, antes de cair novamente. Quando o país finalmente avançou para a industrialização na virada do século XX, a mão de obra local e urbana passou a ser mais comumente usada e o número de imigrantes caiu. A demografia da imigração também mudou. Apesar de seu propósito original de aumentar a população européia do Brasil, a população imigrante no século XX incluía grande número de imigrantes asiáticos e do Oriente Médio, complicando a identidade racial do país (OLIVEIRA, 2001).

Raça e Imigração

A mestiçagem da população brasileira era vista como um desafio no final do século XIX, já que a ciências nesse período considerava a mistura de raças um mal, com isso a produção de seres híbridos, levou a crença de que o país não teria um lugar entre as nações civilizadas do mundo (OLIVEIRA, 2001).

Para além do impasse de ter que lidar com uma população mestiça, foi construído também no imaginário sobre o Brasil e os brasileiros que afirmavam a capacidade plástica (de moldar, se adaptar), a cordialidade (garantida pela proximidade, pela intimidade) e a democracia racial (pela miscigenação) como ingredientes capazes de garantir a formação de uma grande nação nos trópicos. A hegemonia desse processo obviamente caberia ao português branco, latino e católico (OLIVEIRA, 2001, p. 10).

Portanto, um tema frequente nos debates sobre a imigração, começando antes da abolição, era o desejo por certos grupos de imigrantes. Era uma prática comum confiar em estereótipos conflitantes para apoiar argumentos a favor e contra a imigração. A tese do branqueamento previa um influxo de sangue branco, preferencialmente do norte da Europa, para que a sociedade brasileira pudesse atingir seus objetivos de se tornar uma nação avançada. Para desgosto dos defensores da tese, imigrantes “não-brancos” também começaram a chegar ao litoral brasileiro (SCHWARZ, 2008).

Antecipando a iminente abolição da escravatura, os proprietários de plantações lançaram uma discussão sobre outras fontes potenciais de trabalho nos anos que antecederam 1888. Essa discussão em particular tinha raízes muito anteriores durante o reinado de Dom João VI, quando foi proposto que os chineses temporários trabalhadores iriam preencher a escassez de mão de obra (XAVIER; OSÓRIO, 2018).

A proposta ressurgiu no final do século XIX e alimentou um debate rancoroso sobre o futuro do país. Ambos os lados do debate jogaram com os estereótipos dos chineses: como trabalhadores, perseverantes e controláveis, mas também como viciados em ópio, preguiçosos, semelhantes a animais e resistentes à assimilação. Esses trabalhadores deveriam ser trazidos para o Brasil a um custo de menos de 20 dólares americanos por pessoa, o que parecia algo impossível até mesmo para fontes simpáticas ao uso desta nova fonte de trabalho.

Mais tarde, os imigrantes em questão enfrentariam preconceitos semelhantes. Os defensores da imigração chinesa argumentaram que os imigrantes estimulariam o crescimento econômico. Esses imigrantes foram úteis porque proporcionariam uma forma de trabalho semelhante à escravidão africana, mas, na visão dos proponentes, não seriam assimilados pela cultura brasileira. Eles forneceriam uma solução para a escassez de mão de obra iminente, mas não poluiriam a composição racial do Brasil (XAVIER; OSÓRIO, 2018).

No Brasil do século XIX, a política brasileira de imigração visava atrair estrangeiros para povoar e colonizar os vazios demográficos, o que permitiria a posse do território e a produção de riquezas. O imigrante desejado era o agricultor, colono e artesão que aceitasse viver em colônias, e não o aventureiro que vivesse nas cidades. A formação de colônias isoladas com vida social autônoma, derivada da política governamental é algo muito criticado (OLIVEIRA, 2001, p. 13).

Mas, muitos oponentes da proposta de imigração tinham ideias semelhantes sobre a inferioridade racial de alguns povos, principalmente a chinesa, mas viam os efeitos da imigração de forma diferente. Os defensores da solução de branqueamento argumentavam que a proposta terminaria apenas em “escravidão branca” e que os imigrantes também desencadeariam conflitos raciais e “degradariam” a população brasileira. Além disso, eles não iriam preencher o vazio de trabalho e trariam seus vícios com eles.

Em 1808 foi promulgada a lei que permitia aos estrangeiros a propriedade de terras no Brasil. O governo imperial subvencionava a formação de núcleos coloniais de agricultores em suas terras devolutas e em sistema de pequena propriedade, como foi o caso dos alemães no Sul de Sudeste. Porém, só em meados do século começou a chegar imigrantes para suprir a carência de mão-de-obra nos cafezais paulistas, passando então a ser empregados nessa monocultura de exportação (OLIVEIRA, 2001, p. 13).

Composição da População Imigrante

No século XIX, muitos proprietários de terras estavam tão desesperados por mão de obra imigrante que começaram a recrutar ativamente trabalhadores da Europa, usando os serviços de recrutadores autônomos.

Em 1886 foi fundada por fazendeiros paulistas a Sociedade Promotora de Imigração, que tinha por finalidade trazer braços para a lavoura de café esta instituição recrutou 120 mil italianos até 1896 (OLIVEIRA, 2001, p. 16).

Essa sociedade era semelhante em conceito à anterior Associação para Ajuda à Colonização. Ambos eram constituídos por cidadãos, financiados por meio de contratos com o governo provincial, para administrar uma agência sem fins lucrativos com o objetivo de recrutar, transportar e distribuir mão de obra imigrante.

Após a fundação da Sociedade de Promoção da Imigração em 1886, a província de São Paulo usou fundos do estado para apoiar os esforços da sociedade para recrutar imigrantes europeus para o Brasil para trabalhar como trabalhadores agrícolas. Em 1895, o governo do estado havia assumido integralmente as responsabilidades da Sociedade, subsidiando a passagem para São Paulo, construindo um centro de recepção de imigrantes na capital e pagando as despesas administrativas para a colocação de imigrantes no emprego.

[...] entre os imigrantes europeus, os portugueses, espanhóis e italianos tiveram maior representatividade numérica. Embora mantendo características particulares de cada corrente migratória, existem traços comuns entre esses fluxos que chegaram ao Brasil nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX. O traço principal é que são resultantes da não-absorção pelos respectivos mercados nacionais do grande contingente de camponeses expulsos de suas terras em decorrência do desenvolvimento das relações capitalistas e respondiam, por outro lado, à solicitação de mão-de-obra assalariada para substituição da escrava, pelos países da América. A mediação ideológica estimuladora da emigração residia, portanto na esperança de adquirir a propriedade rural (EMMI, 2017, p.3)

Ao mesmo tempo, o governo promulgou políticas para dissuadir grupos não-brancos de imigrar para o Brasil. Em 28 de junho de 1890, o Governo Provisório baixou um decreto declarando que o Brasil estava aberto à “entrada gratuita de pessoas saudáveis e aptas para o trabalho”, que não fossem criminosos ou procedentes da Ásia ou da África. Mais tarde, a Constituição de 1934 incluiu um artigo sobre cotas de imigração que afirmava o seguinte:

A entrada de imigrantes no território nacional ficará sujeita às restrições necessárias para garantir a integração étnica e a capacidade física e jurídica do imigrante; as chegadas de imigrantes de qualquer país não podem, entretanto, exceder a taxa anual de dois por cento do total dessa nacionalidade residente no Brasil nos cinquenta anos precedentes.

Essa cota tinha como alvo os imigrantes japoneses, considerados mais resistentes à assimilação. Em 1945, um decreto formal do regime autoritário de Getúlio Vargas determinou que o fluxo de imigrantes se conformasse com a necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais desejáveis de sua ancestralidade.

Entre 1908 e 1941, 189.000 imigrantes japoneses vieram para o Brasil. Os proprietários de terras brasileiras haviam procurado um grupo mais maleável de imigrantes depois que os trabalhadores imigrantes europeus se mostraram incontroláveis. Os dois países intermediaram contratos de imigração, como o plano de enviar 781 imigrantes japoneses ao Brasil em 1908. Muitos estereótipos circularam sobre os japoneses. Essas impressões se assemelhavam aos estereótipos conflitantes dos chineses do século XIX. Os japoneses foram ao mesmo tempo trabalhadores esforçados de uma potência econômica e obstáculos à marcha em direção à homogeneidade nacional ou nacionalismo.

Entre os anos de 1907 e 1908 o governo federal voltou a ter controle sobre a imigração, devido a ineficiência dos Estados. Com a industrialização brasileira os imigrantes chegam, principalmente

em São Paulo para participarem como operários na industrialização. Mas nessa época não havia proteção ao trabalho, o que tinha era muita exploração, isso fez crescer os movimentos de resistência chamados de anarquismo, e posteriormente do comunismo (OLIVEIRA, 2001).

Nesse período, cresceu o medo da desordem, e houve necessidade de promover a “ordem”, isso foi primordial para a aprovação da Lei Adolfo Gordo, nesta havia a possibilidade de expulsão dos estrangeiros que estivessem envolvidos nos atos considerados subversivos e criminosos (OLIVEIRA, 2001).

Muitos movimentos nacionalistas surgiram no Brasil desde a década de 1910 que eram contrários à vinda de mais estrangeiros, esse movimento perdurou após a Primeira Guerra Mundial, e durante os anos 20, esses movimentos transformaram os imigrantes em inimigos nacionais, representando agora um perigo para o Brasil. Tudo isso foi crucial para o declínio da imigração e europeus, e a elevação dos trabalhadores nacionais aos empregos (OLIVEIRA, 2001).

O que aconteceu depois que os imigrantes chegaram ao Brasil

A chegada de imigrantes não europeus ao Brasil desafiou o projeto de clareamento. Ao contrário dos imigrantes italianos, espanhóis e portugueses que foram recrutados para vir para o Brasil, a existência de imigrantes árabes no Brasil surpreendeu as elites, desafiando suas antigas suposições sobre etnias desconhecidas ao colocá-los em contato com esses grupos. A piada corrente entre os brasileiros era que os imigrantes recém-chegados eram ‘turcos’, um primeiro emprego estável os transformava em ‘sírios’ e a propriedade de uma loja ou fábrica os transformava em ‘libaneses’ (MAZZA, 2017).

Dessa forma a etnia dos imigrantes árabes e seus descendentes foram mudando com o tempo em solo nacional. Ao contrário dos imigrantes japoneses ou chineses, os árabes conseguiram se enquadrar melhor na sociedade brasileira, em virtude de sua aparência física, que mais se assemelhava a noções de europeus “brancos”. Os imigrantes árabes empregaram vários métodos de integração à sociedade brasileira, inclusive mudando seus nomes para soar mais português. Jornais de língua árabe ao mesmo tempo reforçaram a cultura pré-migratória e fizeram os árabes se aculturarem. Os filhos de imigrantes muitas vezes tinham que navegar por um labirinto complicado de identidade nacional (MAZZA, 2017).

No final, o branqueamento não eliminou os elementos não brancos da sociedade brasileira, criando uma raça branca uniforme. Convém destacar que essas viagens em massa, no caso das imigrações, provoca o rompimento com a vida anterior e deixa marcas naqueles que migram, são diversos os sofrimentos enfrentados. A condição de imigrante se assemelha à de estrangeiro (SCHWARZ, 2008).

A campanha de “brasilidade” do século XX proíbe, entre outras coisas, o uso de materiais em outras línguas nas escolas. À medida que a campanha se tornava mais rígida, falar línguas estrangeiras em público e privado foi proibido, embora os imigrantes contornassem essas restrições (SCHWARZ, 2008).

Assim, segundo Oliveira (2001) o bilinguismo ou a competição entre a língua de origem e a nova definem a construção da identidade do imigrante como um novo brasileiro ou como um estrangeiro que vive e trabalha na nova terra. A manutenção da língua materna, as dificuldades de comunicação com a nova sociedade, os conflitos linguísticos entre os mais velhos e a nova geração, entre pais e filhos, marcam também o fenômeno da imigração. Para muitos imigrantes o desejo de ser bilíngue se apresenta como uma forma de ser brasileiro e se ascender socialmente.

Considerações Finais

Dessa forma, após relata como ocorreu o fluxo migratório no Brasil na virada dos séculos XIX para o XX e fazer um percurso do que foi a *Belle Époque* no mundo e no Brasil, cabe ressaltar que esse período foi de grande importância para a construção do modelo atual de sociedade híbrida que temos no Brasil.

Também cabe explicar que foi através dessas políticas de atração de imigrantes “brancos” para o país, que originou o racismo estrutural, tão penicioso atualmente, pois ao invés de criar condições de inserção dos negros, recém libertos e promover a adoção de medidas de que desenvolve-se economicamente e socialmente esse grupo, o Governo brasileiro preferiu buscar mão de obra estrangeira e relegar os negros a exclusão social, criando um dos maiores problemas social, cultural e econômico do país, a desigualdade pela cor da pele, pois somente nos final do século XX, já no período democrático, que foram criadas políticas de acesso aos negros, tais como sistema de cotas nas universidades federais e leis de combate ao rascimo. Essas políticas são uma forma de amenizar a exclusão racial oriunda do período chamado *Belle Époque*.

Referências

BRASIL, Casa Civil. **Constituição de 1934**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 16 nov. 2020.

COELHO, Geraldo Mártires. Belém e a Belle Époque da borracha. **Revista Observatório**, v. 2, n. 5, p. 32-56, 2016.

COELHO, Geraldo Mártires. **Na Belém da belle époque da borracha (1890-1910): dirigindo os olhares**. Escritos V, 2011.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

EMMI, Marília Ferreira. A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos portugueses. **Anais**, p. 1-14, 2017.

LIMA, N. D. C. A Belle Époque e seus reflexos no Brasil. **Anais da Semana de História**, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/semanadehistoria/article/view/23114>. Acesso em: 09 out. 2020.

MAZZA, Débora. **Educação e migrações internas e internacionais: um diálogo necessário**. Paco Editorial, 2017.

NEVES, Margarida; HEIZER, Alda. **A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910**. São Paulo: Atual, 1991.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes de; JANNUZZI, Paulo de Martino. Motivos para migração no Brasil: padrões etários, por sexo e origem/destino. **Anais**, p. 1-13, 2016.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. Zahar, 2001.

SCHWARZ, Rodrigo Garcia. Tese de doutorado intitulada: **Trabalho escravo: a abolição necessária: uma análise da efetividade e da eficácia das políticas de combate à escravidão contemporânea no Brasil**, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. Brasília: Brasiliense 1995.

SOUZA, F. G. **A Belle Époque carioca: imagens da modernidade na obra de Augusto Malta (1900-1920)**. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/handle/ufjf/2922>. Acesso em: 20 ago. 2020.

XAVIER, Regina Célia Lima; OSÓRIO, Helen. **Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil.** Oikos, 2018.

ZANNON, Maria Cecília. **Fon-Fon—Um registro da vida mundana no Rio de Janeiro da Belle Époque.** Patrimônio e Memória, 2005.

Recebido em: 17 de fevereiro de 2022.

Aceito em: 21 de março de 2022.